

ATA N.º 4/2016
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, de dezanove de setembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2016;
- PONTO 2** - Análise, discussão e votação de pedido de isenção do IMT, ao abrigo da alínea j) do artigo 6.º do Código do Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (instalação de jovens agricultores);
- PONTO 3** - Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio e Financiamento ao Associativismo de Caça e Pesca;
- PONTO 4** - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos, para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;
- PONTO 5** - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Redução da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis para o ano de 2016, ao abrigo do artigo 112.º-A do CIMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março;
- PONTO 6** - Eleição de Representante da Assembleia Municipal na CPCJ de acordo com a alínea l) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão cumprimentando o Executivo, e os Membros da Assembleia.

Passou de seguida a palavra ao segundo Secretário, Senhor Teófilo Anjos para proceder à chamada, tendo-se assinalado as ausências justificadas da Senhora Marcolina Sequeira e dos Senhores José do Nascimento Lopes, Jorge Andrade e Fernando Pereira.

Após verificação da existência de quórum o Senhor Presidente da Assembleia, continuou a sessão para análise da ata.

Inscreveram-se para retificação da ata os Senhores Silva Fernandes, Vítor Monteiro e a Senhora Lourdes Marinho. Os Senhores Silva Fernandes, Vítor Monteiro e a Senhora Lourdes Marinho fizeram as suas retificações tendo estas sido aceites pela Mesa.

O Senhor Joaquim Monteiro pediu para intervir. Cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia, os elementos da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. Referiu não pretender corrigir a ata mas fazer algumas considerações.

Louvou o esforço feito pela funcionária, reconhecendo não ser fácil ouvir e passar para o papel o que é dito na reunião. Achou a ata um bocadinho confusa mas, porventura pelo facto de a culpa também ser dos Membros que falam depressa, de uma forma corrente e sem pontuação.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu, assumindo integralmente o teor escrito na ata. Referiu que os conteúdos não são muito claros, não permitindo fazer uma redação muito correta. Uma ata com vinte e nove páginas, que já foram sessenta e cinco páginas, leva a que na transcrição da audição, exista de facto alguma dificuldade em termos de percepção das palavras ditas. Disponibiliza a audição e a transcrição da audição para quem o solicitar, para verificarem a dificuldade que é passar do áudio para o papel. Por vezes no áudio não se percebe muito bem o que é dito, e ao fazer-se a reconstrução do texto por vezes não se consegue ser absolutamente fiel.

Pediu para que fizessem como faz o Senhor Silva Fernandes, enviar um *email* a remeter os propósitos de alterações pontuais à ata, facilitando assim a sua construção. Considerando as retificações propostas, colocou a ata à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A Senhora Lourdes Marinho "pedira a palavra para clarificação, pois referira que votaria contra a aprovação da ata, senão repusessem a verdade do que se passara na discussão do ponto 5. Pediu para intervir e a inscrição fora aceite. A reunião fora interrompida, para que as diferentes forças políticas apresentassem listas. Reiniciados os trabalhos a sua intervenção fora recusada, não dando oportunidade para que expresse a sua opinião sobre o assunto em análise". Diz respeitar o trabalho da funcionária, mas sabe a dificuldade de fazer uma ata, pois quando era ela a fazê-las, e as remetia para o Senhor Presidente da Assembleia, já não era preciso quase "tocar-lhes".

O Senhor Presidente da Assembleia respondendo à Senhora Lourdes Marinho disse ter sido bastante claro, quando declarou considerar para alteração, à ata, tudo o que foi transmitido pelos Membros que intervieram, para que a ata pudesse ser votada. Prosseguindo a reunião comunicou ter recebido correspondência vária, convites aos quais nuns pôde estar presente e noutros não. Referiu a existência de dois assuntos que merecem algum destaque. O primeiro relativamente a um documento enviado pelo deputado da Assembleia da República Eng.º Lima Costa sobre a Região do Douro, o segundo com a resposta do Auditor Externo a uma carta enviada pelo Dr. Silva Fernandes. Disponibilizou-se a mandar reproduzir cópias para poderem ser disponibilizadas no final da reunião. Referiu a possibilidade de consulta da resposta mencionada no dossier da Assembleia. Questionou os representantes dos grupos de trabalho da pretensão de algum desejar intervir. Não havendo, passou ao período de antes da ordem do dia.

Período de antes da ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para quem quisesse intervir, tendo-se inscrito os Senhores Joaquim Monteiro, José Manuel, Silva Fernandes, Sebastião Mesquita e a Senhora Lourdes Marinho.

O Senhor Joaquim Monteiro referiu querer pelo menos três assuntos esclarecidos. Tem notado a saída de vários alunos para concelhos vizinhos como Moimenta, Vila Real e Viseu para cursos diferentes dos lecionados nas escolas de S. João da Pesqueira. Preocupa-o a saída dos jovens, e gostaria de saber como vai a Escola Profissional "se tem pés para andar". Lembrou o Senhor Presidente da Assembleia, deste ter dito, que em outubro falava da situação da Esprodeiro, gostava então de saber, pois gosta de estar atento ao que passa à sua volta. O segundo assunto tem a ver com a realização dos festivais de verão em S. João da Pesqueira,

nomeadamente o festival Pesqueirajovem e o da Esprodouro. Acha que um festival chega para o concelho. Teve a oportunidade de ir ver o Quim Barreiros e achou ser muita pouca gente a assistir ao concerto. Na sua opinião fazer-se um festival e passados quinze dias fazer-se outro, o que não funciona, ficando mal ao Município, face à situação financeira em que está o país e a Europa. Reforçou, ficar mal financiar a Pesqueirajovem em quinze ou dezoito mil euros, fazendo só, esta atividade, a Associação. Existem mais Associações, mais trabalhadoras, a receberem menos apoios. Outro assunto é o edifício da Câmara Municipal, o qual está com um aspeto desleixado e abandonado e as janelas a cair de podres. Deviam arranjar o edifício. Para além de ser um edifício nobre, é a representação de todos nós. Um outro assunto são as questões colocadas pelos jovens da sua freguesia sobre as obras, os buracos e o saneamento. Diz que no fundo, estes jovens terem alguma razão, pois anda desde o primeiro mandato a falar no saneamento das fossas dos Casais, Sarzedinho e Chão da Canelha. A estrada também está num estado degradado. Estão a começar a empedrar a estrada da Canelha. É da opinião que deviam fazer o mesmo em todos os caminhos, porque os tratores desfazem o alcatrão. Disse ter falado com um GNR tendo este dito que qualquer dia teria de multar a Câmara por causa das fossas de Casais e Sarzedinho. Concorda com o Dr. Manuel Cordeiro ao dizer no facebook que "não falta dinheiro embora não estejamos em tempos de vacas gordas, o que falta é vontade ou capacidades para aplicar no que é verdadeiramente necessário". Respondeu-lhe dizendo "se houver alguém, nomeadamente o Senhor Dr. Manuel Cordeiro, a ter capacidades superiores a si, e essa disponibilidade, nem precisa de candidatar-se, pois proporá a sua candidatura, se for para mim esse recado, agora se for para a Câmara, eles que se defendam". Concluiu a sua intervenção dizendo para refletirem no que é prioritário, nomeadamente as fossas e a reparação do caminho em mau estado, do Bairro da Canelha até ao Alto das Testemunhas.

O Senhor Dr. Manuel Cordeiro pediu ao Senhor Presidente da Assembleia para intervir. Dada autorização respondeu ao Senhor Joaquim Monteiro dizendo não ser a Junta a ter dinheiro mas sim a Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu passando a palavra à Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho começou por fazer um pedido ao Senhor Presidente da Assembleia, autorizá-la a ler um documento que fez para o Congresso Sustentável do Douro e Trás-os-Montes e por estarem poucos Membros da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu à Senhora Lourdes Marinho ter oito minutos para fazer a sua intervenção, podendo utilizá-los como entendesse.

A Senhora Lourdes Marinho leu o documento que se passa a transcrever:

"

São João da Pesqueira, 24 de Setembro de 2016

A minha intervenção será curta, não me considero uma "expert" nesta temática, não exerço qualquer atividade neste setor que me obrigue a aprofundar os meus conhecimentos, fazendo simplesmente o meu papel, como pessoa atenta, defensora do território onde nasci e resido, inconformada com a inércia ou inatividade de Instituições e Comunidade que na generalidade "ou não faz, ou não deixa fazer".

Desejo que este meu discurso seja interpretado como um propósito "reclamativo" e ao mesmo tempo solicitador, finalizando com a minha visão sobre

os objetivos que gostaria ver atingidos e executados no referente ao Turismo no meu concelho.

Início então pelo o que apelidei de reclamação/solicitação:

1º - O Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro (2014-2020) pretende um crescimento inteligente, existindo a oportunidade do "desenvolvimento da via navegável do Douro, como recurso turístico e económico da Região". No entanto, assistimos à desativação de alguns troços ferroviários.

Os mais desatentos poderão dizer que estou a falar de assuntos diferentes, mas não estou. É que esses troços ferroviários eram o escoamento de quem se servia do rio Douro navegável e que fazia a sua continuação para o interior do seu vale (Régua – Chaves, Pocinho – Barca d'Alva, Tua – Mirandela, etc.). Eram, em suma, um dos principais acessos ao rio;

2º - O mesmo Plano pretende um crescimento sustentável. Assistimos então ao adiamento do desenvolvimento de obras rodoviárias, mas podem ainda argumentar "isso não, temos bons acessos: A24 melhorada, A4, Túnel do Marão,..." mas eu digo: e nós? A estrada nacional 222 foi considerada e distinguida como uma das mais belas, com carácter de romantismo e prazerosa para quem gosta de conduzir e fazer curvas e contracurvas. Ficámos satisfeitos. Mas, e as depressões quando desabam e os buracos no asfalto? E os postes de alta tensão da E.D.P. que viram na viagem até à Pesqueira que são um belo cartão de visita da agressividade ao Património Natural do nosso concelho?;

3º - Pretende também um crescimento inclusivo, tendo como um dos alicerces fundamentais a afirmação do turismo e da visitação, com o objetivo de proporcionar diversidade, experimentação, singularidade e autenticidade aos turistas, fazendo com que estes prolonguem a sua estadia. Claro que, para tal, exigem que sejam reforçados os níveis de ocupação. Apesar disso, continuamos a verificar que os turistas desembarcam na Régua ou no Pinhão, pernoitando na embarcação que os trouxe do Porto ao Douro. É certo que a taxa de ocupação-cama tem evoluído muito pouco e a existente é cara. Entendo ser urgente inverter esta situação;

4º - Pretende-se, ainda, uma visão da Região com matriz identitária, inteligente, inclusiva e integrada (Região RI's 4), pressupondo-se a existência de uma postura transdisciplinar, com procedimentos da integração de ideias e projetos que alimentam as sinergias da Região.

No meu ponto de vista, o Douro tem mostrado crescimento e algum estágio de desenvolvimento na procura de produtos relacionados com a gastronomia, enoturismo e na vertente fluvial, faltando a promoção do turismo de natureza e o histórico/cultural.

Têm defendido muito a constituição do eixo Vila Real-Régua-Lamego num conceito de mobilidade urbana, mas não podemos deixar cair no marasmo a existência de um eixo rural, que se localiza precisamente nas redondezas dessas cidades, no verdadeiro Douro profundo e no qual o turista passa meia hora e especialmente nos locais mais perto possível do rio. O operador turístico cumpre o prometido e o turista pouco ou nada vê.

É urgente a definição de rotas para a Região. Extravasar o Vale do Douro, dar a conhecer as aldeias vinhateiras, valorizar a cultura ambiental da zona. Não podemos acomodar-nos só com o rótulo de "Património Mundial da Humanidade".

Apostar num turismo sazonal. Temos muito para mostrar e o turista mais comum que nos visita encontra-se na faixa etária da aposentação. O Alto-Douro Vinhateiro tem potencialidades mas, para que se desenvolva e para ser

sustentável, exige-se a cooperação entre instituições, um trabalho intermunicipal e transmunicipal em colaboração com a Coletividade.

O Turismo deve gerar desafios de mobilização coletiva, numa concertação alargada de protagonistas e atores, que se articulem com objetivos bem definidos.

Não nos podemos centrar nos interesses comerciais dos operadores turísticos. Devemos sim, negociar para novas ofertas que façam com que o turista se fixe por mais tempo, diversificando os itinerários de tal forma, que faça com que o turista sinta o desejo de voltar de novo. Colocar o turista a interrogar-se sobre quem somos, como vivemos e como chegámos até hoje, será a finalidade. Chegados a esse estágio então sim, poderemos afirmar que este tema que hoje estamos a debater tem sentido "Turismo, Património e Cultura no Desenvolvimento do Território".

A minha intervenção pretende que o Turismo não seja mais do que o seu sinónimo – gosto de viajar. Património – um dote de bens provenientes de heranças e Cultura – desenvolvimento intelectual, saber, estudo, ...

Ensejo sim, para o meu concelho, um turismo liberto desses sinónimos, mas que façam parte intrínseca dessa trilogia Turismo, Património, Cultura. É essa a nossa responsabilidade. Preservar, expandir e guardar o legado patrimonial que nos deixaram. Dar a conhecer as nossas raízes, o valor da nossa paisagem e a coragem e cultura das pessoas destas terras que a transformaram com o seu suor nesta beleza incomparável.

Ajudem a autarquia a lutar contra o poder instituído, porque sozinhos nós o conseguimos.

Maria de Lourdes Marinho Costa

P.S.: Não podemos, não conseguimos lutar contra o poder instituído.

”

Disse ainda para se preocuparem com a limpeza da rua dos Gatos, dado que de vez em quando cheira a água choca. Deu também a sugestão de no Largo de Santa Maria cortarem as esquinas do quadrado que envolve as árvores porque as ruas são estreitas e os carros veem-se aflitos para passar, pisando sempre a guia do passeio.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção, passando a palavra ao Senhor José Manuel.

O Senhor José Manuel cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia, a Mesa, Presidente da Câmara, Vereadores e Colegas de Assembleia. Começou por referir voltar ao assunto do ano passado, a limpeza das valetas, dado que algumas estão cheias de ervas e lixo amontoando. Falou também da sinalização horizontal e vertical sendo que quem andar na estrada com nevoeiro de madrugada tem dificuldades em visualizá-la.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e passou ao interveniente seguinte.

O Senhor Silva Fernandes começou por dizer que na última reunião mencionou o facto de fazer uma carta ao Auditor Externo e outra ao Tribunal de Contas, assim o fizera. Recebera a resposta do Tribunal de Contas, soube agora que a resposta do Auditor Externo viera para a Assembleia. Comunicou o conteúdo da carta rececionada do Tribunal de Contas, dizendo que este o que faz é a audição das contas, mas a responsabilidade de fiscalização das contas é da Assembleia, só auditam as contas de quatro em quatro anos. Concluiu "a Assembleia tem a responsabilidade, mas não tem os meios, nem os recursos", conhece o Doutor Alfredo Sousa como pessoa séria, honesta e verdadeira e ter-lhe-á dito, muitas

vezes, não ser possível saber se os Municípios cumprem ou não cumprem as orientações do Tribunal de Contas. Deixou este esclarecimento e entregou à Mesa os documentos. Fez referência à intervenção da Senhora Lourdes Marinho e ao Congresso "Desenvolvimento Sustentável do Território – Douro e Vila Real – S. João da Pesqueira – Lamego" do último fim-de-semana. Agradeceu à Câmara Municipal de S. João da Pesqueira, o apoio dado no segundo dia da realização do Congresso. O Congresso teve maior sucesso, ultrapassando aquilo que estavam à espera, a APM congratulou-se com isso. Em Vila Real estiveram cerca de cento e sessenta pessoas, em S. João da Pesqueira cerca de setenta, os oradores e moderadores foram trinta, abrangendo os três territórios, tentando desmistificar os territórios do Douro, de Trás-os-Montes e do Alto Tâmega. Os três territórios juntos continuam a ser pequenos, para aquilo que se pretende. Estiveram presentes, representantes da Administração Central (Ministro do Trabalho e Solidariedade Social), da Administração Intermédia (membros das CIM's) e da Administração Local (Autarcas). O Parlamento Europeu estava presente com um Assistente (Observador), que não se identificou. Informou que a Doutora Helena Freitas não pôde estar presente por razões oficiais, pois à mesma hora estava a discutir com o Senhor Primeiro Ministro o desenvolvimento do território, mas fez-lhe chegar um documento indo encontrar-se com ela no Porto. Recomendou a leitura da entrevista dada pela Doutora Helena Freitas ao Expresso e ao Jornal Viva Douro. Devemos saber e preocuparmo-nos com o desenvolvimento do território. Houve intervenções de académicos, autarcas, agentes de desenvolvimento local, dirigentes cooperativos. Saiu um diretório a identificar todas as cooperativas, existindo nestes territórios cento e quarenta e cinco, das quais noventa são agrícolas e todas de costas voltadas umas para as outras. Alguém tem de fazer alguma coisa, não se podendo esperar pela Administração Central, tem que ser a Administração Local. As cooperativas, continuando assim, cada uma por si, não têm sobrevivência. Foi apresentado o resultado do inquérito de uma tese de mestrado sobre as cooperativas e foi-lhe pedido apoio para outra tese sobre cooperativismo. Do congresso saiu a interligação entre os diversos agentes da mesma área de intervenção e a proposta de vários protocolos entre agentes de diversas áreas. As conclusões ficaram a cargo de duas jornalistas que depois de trabalhadas serão, posteriormente apresentadas, ao Governo, a pedido deste. O desafio para o próximo ano será a concretização de um evento transfronteiriço, novidade em Portugal. Felicitou o Executivo por ter colocado o sinal das lombas, lembrando faltarem ainda, os refletores. Continuou a intervenção lembrando a proposta feita por si, sobre a estrada das Bateiras, até ao termo do concelho, felicitando a empresa do Cadão, por estar a fazer um muro em xisto, correspondendo à proposta que fez. Reparou nas torres da EDP no chão, interrogando-se das contrapartidas. Informou que a Pesqueira perdeu uma oportunidade, o Museu do Barão de Forrester, lamentando, porque a cultura, o património e a gastronomia são atração dos turistas, a paisagem está sempre lá, se não derem cabo dela. Felicitou a Câmara pela entrada do Museu do Vinho na rota da Arquitetura. Ficou muito satisfeito pela entrevista dada pelo Senhor Presidente mas, ao mesmo tempo intrigado quanto ao número de visitantes no Museu do Vinho. "Num espaço de um ano, vinte e sete mil visitantes, é muita gente" dá cem pessoas por dia, sendo notável, se realmente se regista essa entrada. Uma situação que o desagradou, foi o facto do Engenheiro Braga da Cruz não ter sido convidado, aquando da inauguração do Museu. Achou um erro grave, porque S. João da Pesqueira deve muito ao Engenheiro Braga da Cruz, no período que presidiu a CCDRN, tendo sido no seu tempo que o Museu foi lançado.

Comunicou a entrega do voto de louvor ao Senhor Acácio de Almeida, tendo-se este disponibilizado para colocar no Douro o seu espólio. O espólio é notável, precisando pelo menos seiscentos metros quadrados, desconhecendo se tem despesas, deixando as negociações para a Câmara. Concluiu a sua intervenção questionando o facto de a Escola Profissional inicialmente precisar de cento e vinte e cinco alunos e tendo oitenta, qual o problema que esta situação criava à escola. Passada a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita, este cumprimentou os presentes questionando onde estão as obras no concelho, pois chegado ao terceiro ano do mandato, ao somar os orçamentos da Câmara, dando um total de quarenta e cinco milhões de euros, não vê obras, dizendo inclusive que o investimento tem diminuído, concluindo "vamos no bom caminho". Questionou também quanto às negociações ou protocolos, se existirem, quanto às torres de alta tensão. Perderam Património Mundial, porque S. João da Pesqueira é o concelho com mais Património Mundial, e a caminhar assim, vão perder essa área. Referiu ter vergonha da entrada no concelho, as Bateiras ainda não terem identificação, achando um desprezo do Município para com aquela entrada. Outro assunto mencionado foi a atividade do Município, a vitivinicultura e a agricultura. Prevê a diminuição, para metade, a mão-de-obra, daqui a seis anos. Deu a sugestão ao Município de fazer um estudo e promover a renda gratuita para fixar pessoas no concelho, se não a agricultura desaparecerá. Concluiu a intervenção deixando o alerta "senão fizerem nada, daqui a seis anos, as uvas ficarão penduradas nas videiras".

O Senhor António Balça, depois de cumprimentar os presentes, pediu desculpa pelo atraso, dizendo ter feito confusão na hora. Começou por dizer que a Vindouro resultou em pleno pelo facto de a atividade ter ficado toda num piso. Deu a sugestão de se interligar o Museu, o Pavilhão de Exposições e a Praça da República. Disse ter ouvido pessoas a comentar, na Praça, já não terem disposição para se deslocarem ao Museu. Em relação ao congresso, realizado na Universidade de Trás os Montes, achou-o muito importante. Os temas foram do interesse de todos, Turismo, Património, Cultura e Desenvolvimento do Território. Lamentou o facto de estarem presentes os Presidentes de Câmara de Vila Real, Alfandega da Fé, Mirandela, Boticas, Vila Pouca de Aguiar, Lamego, Murça, Macedo de Cavaleiros, Chaves e não estar lá ninguém a representar S. João da Pesqueira. Congratulou-se com o nome S. João da Pesqueira dado a uma rua da vila de Bessancourt, fruto da geminação feita no tempo do Eng.º Lima Costa. Questionou se a Assembleia Municipal não deveria também estar lá representada aquando da cerimónia da inauguração da rua, e notou igualmente a falta do Presidente da Junta de Freguesia de S. João da Pesqueira. Questionou o número de projetos em mente e a situação em que se encontram. Disse que os projetos comunitários devem ser preparados para serem apresentados em 2018/2019. Espera não acontecer, o que dá a entender que aconteceu, com o projeto da eletrificação rural, entregue em cima da hora, e depois "cair". Referiu os Presidentes de Junta de freguesia deverem aprofundar mais as informações "o comboio passa, e na estação demora pouco" e ao que parece, segundo as notícias, vêm aí milhões para projetos.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentando os presentes desejou uma boa tarde, dizendo ir tentar ser o mais sintético possível. Quanto à Escola Profissional, e respondendo ao Senhores Joaquim Monteiro e Silva Fernandes disse que a informação ia ser disponibilizada em dezembro, não agora. Continuando a responder ao Senhor Joaquim Monteiro, e em relação aos festivais, disse que a Câmara ajudava conforme os regulamentos e que nem todo o valor que entra

num festival ser elegível. Quanto às obras, teve a preocupação de se deslocar ao Sarzedinho e Casais, para ser lançada a candidatura, estando no bom caminho. Em relação ao facebook não sabe do que se trata, não tem "conta", e não quer ter, entende não ser um meio utilizado para bons fins, e devia sê-lo. Relativamente aos caminhos disse estarem a ser intervencionados, existindo caminhos em mau estado, sendo que as pessoas não têm cuidado, notam-se marcas dos tratores passarem na estrada alcatroada com lagartas, estragando tudo. Agradeceu à Senhora Lourdes Marinho o facto de ter lido a intervenção, por ela feita, no Congresso. Quanto à rua dos Gatos, tem a percepção que os moradores têm tido a preocupação de a manter limpa. No que concerne ao Largo de Santa Maria, vai analisar a situação. Compreende a situação referida pelo Senhor José Manuel, e está atento, mas como sabem, há 264 km² de extensão de área, não conseguindo chegar, a tudo, ao mesmo tempo. Estão a intervir nas situações mais críticas. Quanto à sinalização, disse a máquina já estar afinada e os técnicos já estarem aptos a trabalhar com ela. Relativamente à intervenção do Senhor Silva Fernandes referiu que, se houver necessidade, o Senhor Revisor de Contas esclarecê-las-á. Quanto aos convites para a inauguração do museu, informou que a Câmara fê-lo às pessoas do concelho e a CCDR às entidades oficiais. Disse que terá todo gosto em negociar o espólio do Senhor Acácio de Almeida. Respondendo ao Senhor Sebastião Mesquita disse que vai verificar se o valor está correto, os quarenta e cinco milhões em três anos. Quanto à EDP disse estarem a negociar contrapartidas, acrescentando que existe um projeto protocolo, existindo também um valor e que estão à espera do contrato final. Já disse ao Presidente da Junta de Ervedosa que a entrada no concelho, as Bateiras, falada várias vezes em Assembleia, vai ser incluída numa candidatura. Pediu ao Senhor Sebastião Mesquita que lhe explicasse o assunto das rendas, porque não percebeu.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita para que este pudesse explicar o assunto.

O Senhor Sebastião Mesquita disse para a Câmara fazer um estudo, porque existe muita habitação fechada, havendo aldeias com mais de 50% delas fechadas. Se promovessem o arrendamento gratuito, seria uma forma de fixar e trazer para cá pessoas.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Sebastião Mesquita que as casas, apesar de estarem desabitadas têm dono, primeiro terão de falar com os proprietários. Relativamente ao Senhor António Balça disse tentarem melhorar de uns anos para os outros. Na Vindouro também existe a Festa Pombalina. Se houver menos expositores na Vindouro e mais gente na festa pombalina, congratula-se com isso, toda a rede económica fica satisfeita, são apartamentos e quartos que se alugam e os restaurantes ficam cheios. Na preparação da Vindouro tem o cuidado de falar com todos os produtores engarrafadores, e cada um dá a sua opinião. Em relação à distância entre o Museu, Pavilhão de Exposições e Praça da República, arranjam uma charrete para fazer as deslocações. Não será fácil realizar tudo num local. No Museu fica o vinho, no salão de exposições a feira das atividades económicas, realizada pela Capital Douro e na zona histórica fica a parte da festa pombalina. Não esteve presente no Congresso porque estava em Bessancourt, na inauguração do nome da rua. Vão avançar com um processo judicial relativamente à eletrificação rural, pois quando tinham tudo concluído, deixaram cair a candidatura com a entrada da nova gestão.

O Senhor Joaquim Monteiro pediu a palavra para esclarecer que a falta de alunos o preocupava, e como o ano letivo estava a começar, gostava de saber como foi o arranque. Disse ao Senhor António Balça, que enquanto Presidente da Junta

tem a obrigação de ser pró-ativo, assim como os outros Presidentes de Junta. Questionou o porquê das candidaturas terem caído e se foi por falta de dinheiro. O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita, este não ficou agradado com a resposta do Senhor Presidente acerca das negociações dos postes de alta tensão, lamentando a negociação não ter sido prévia. Em relação aos valores do orçamento, diz serem "dezasseis milhões em 2013, catorze milhões em 2014 e onze milhões e meio em 2015 o que dá um somatório de aproximadamente de quarenta e cinco milhões".

O Senhor Silva Fernandes no uso da palavra questionou se o número de alunos da escola é verdadeiro. Se precisavam de cento e vinte, sendo oitenta, como chegaria a escola a dezembro. Custa-lhe trocar Património por dinheiro, em relação às contrapartidas da EDP.

O Senhor Presidente da Assembleia começou por dizer que aquando o seu ingresso na escola havia setenta e nove alunos, dos quais vinte e três PALOP. Neste momento a escola tem noventa e quatro alunos, não oitenta, e quatro PALOP. Fizeram uma candidatura ao PDR 2020 no âmbito agrícola e foi recusada por a escola não ter anteriormente nenhuma atividade agrícola. Teriam de ter a certificação da DGERT (que existe) e do Ministério da Agricultura (sectorial – não existe). Disse terem feito três candidaturas, desempregados de longa e curta duração, formação para ativos e para públicos específicos, candidaturas que se vão traduzir em formações modulares certificadas, e a serem aprovadas, vão criar a sustentação financeira da diferença dos noventa e quatro alunos para os cento e vinte e cinco.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a informação. Respondendo ao Senhor Joaquim Monteiro disse que vão avançar com um processo judicial porque foram pedindo prorrogações e com a entrada da nova gestão fora-lhes dito que não aceitavam qualquer tipo de prorrogação, não será em dinheiro mas em obra a ser efetuada na região.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu, concedendo a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita por este não ter ficado esclarecido.

O Senhor Sebastião Mesquita interveio seguidamente questionando qual o assunto a ir a tribunal.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que a candidatura à eletrificação rural tivera caído por causa da entrada da nova gestão.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia passou à ordem dos trabalhos.

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2016.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para este ponto, pretendendo intervir as Senhoras Lurdes Marinho, Anabela Pereira e os Senhores Vítor Monteiro, Vítor Tomé, Silva Fernandes, Sebastião Mesquita e Joaquim Monteiro.

A Senhora Lurdes Marinho começou por dar a sugestão, de em vez de a atividade ser feita por pontos, colocarem números para as pessoas se guiarem. Deu os parabéns à equipe do CEART por fazerem um trabalho muito interessante e pela participação no primeiro congresso na ordem dos psicólogos. Parabenizou a Câmara pela Festa Vindouro/Pombalina, pelos concertos, e pela vinda dos 350 jornalistas, tendo contudo encontrado alguns pontos fracos. Verificou a Rua Direita estar deserta. Alguns dos expositores deram a entender sentir-se melhor no salão de exposições porque lhe terão dito "oh Dona Lurdes, a festa é além." Acha que os expositores estão muito bem no Museu, não podendo a Câmara agradar a todos. A Câmara terá de aproveitar a vinda dos jornalistas para continuar na divulgação da região, cativando o norte da Europa para comprarem aos nossos

produtores. Fez referência a uma exposição denominada "Maças" de uma Senhora de Ervedosa, muito humilde e com bastante mérito. Não esteve presente porque não recebeu convite, mas ficou triste quando lhe disseram, só estar presente a mãe e duas ou três pessoas, ninguém da Câmara. Disse vir à Pesqueira todas as tardes, e quando encontra turistas, aborda-os mostrando-lhes os locais mais emblemáticos da vila, servindo de guia. Tem orgulho em mostrar a sua região. Ficou surpresa quando foi mostrar o Museu do Vinho a uns turistas e ao chegar lá se ter deparado com uma funcionária que não sabia falar o português. Se não a percebeu a ela, questionou-se, como fazia a visita guiada aos turistas portugueses. Perguntou onde ficava a EXPOFACIC descrita no empreendedorismo. Por último pretendeu saber a abrangência dos projetos dos dossiês PMDPCI - perímetros urbanos.

Passada a palavra ao Senhor Vítor Monteiro, começou por afirmar que quando lhe disseram que o lugar para os expositores era o piso térreo do Museu, ficou um bocado apreensivo, parecendo-lhe não ir resultar, no entanto, verificou com agrado, na abertura, e com a parceria com a Capital Douro, que resultou e muito bem, estando todos de parabéns. Referiu ser altura de fazer um balanço em relação ao evento, já é a décima quarta edição, devendo verificar se é proveitoso em termos monetários, se será melhor mudá-lo, ou até mesmo, partir para outro. Deveria ser melhor divulgado para atrair mais pessoas. Em relação à lagarada tradicional deixou um reparo, os rapazes que a andavam a fazer, não tinham qualquer conhecimento, andando à roda, toda a gente sabe não ser assim que se faz. Relativamente ao Auditor Externo diz haver leis, mas não sabe para que servem. Parece-lhe que a Autarquia lhe entrega aquilo que quer e o Auditor vê, não sabe para que serve o Auditor, entendendo a culpa não ser da Câmara, sendo das leis, que só servem para gastar dinheiro.

A Senhora Anabela Pereira referiu que a Festa da Vindouro não funcionou em pleno. Teve muita pouca gente, talvez pela disposição geográfica, Museu - Salão de Exposições - Praça da República. Fez referências aos Cheques Escola, agradecendo a sua parte, dizendo haver duplicação de ajuda para os alunos com subsídio letra A uma vez já terem os livros de graça. Deviam, estes, ser ajudados, mas de outra forma.

O Senhor Vítor Tomé interveio seguidamente, reconhecendo haver coisas menos boas na Vindouro, andando há três anos a falar nelas. É de opinião que a próxima Vindouro já devia estar a ser preparada, enquanto estão presentes os erros deste ano. O Paulo de Carvalho achou não ser artista para trazer na Vindouro. Em relação aos jornalistas, nenhum produtor beneficiou disso, houve menos gente e menos pessoas a visitar a Vindouro. Falou do jornal concelhio, Coração do Douro, dizendo tê-lo lido, mas que muitas pessoas não o terão lido, certamente. Está-se na era da informática, deviam usar plataformas para as pessoas terem acesso ao jornal, e cada pessoa, decidiria sobre a sua impressão. Achou ser um desperdício de papel, ainda há pouco tempo realizaram um workshop sobre isso. Deixou o reparo dos senhores que recolhem os resíduos na estação, que ao passarem em frente à Câmara, vertem o lixo, ficando o dia inteiro, com um cheiro nauseabundo. Deu a sugestão de passarem por outro lado.

O Senhor Silva Fernandes, em relação à atividade municipal, diz não entender como o concelho atinge novecentos e oitenta e cinco crianças com necessidades especiais, pedindo esclarecimentos.

Passada a palavra ao Senhor Joaquim Monteiro, este declarou ter estado na Vindouro e ter verificado estar menos gente que no ano passado, referindo o ano passado ter existido o fator televisão. Gostava de ver futuramente uma grande feira temática de vinhos do Douro, Alto Douro, organizada pelo centro Foz - Cõa,

Pesqueira, Alijó. Na sua opinião, a Vindouro não está a ser feita na melhor altura, junta-se à festa dos Remédios e à Senhora do Monte, são três festas muito seguidas. Juntar os três Municípios, Foz - Côa, Pesqueira e Alijó, em junho ou julho, seria o ideal, e fazer-se-ia uma grande feira de vinhos. Os Presidentes de Câmara deviam unir-se, porque os vinhos e turismo estão em crescimento, e quem está a beneficiar deles é o Porto. Aproveitou para informar da submissão das candidaturas de Sarzedinho e Casais, faltando a do Bairro da Canelha, onde vivem dez ou doze famílias, concordou sanear o Bairro da Canelha e as duas casas ao pé da Estação de Transferência numa central elevatória. Entende que devido à dimensão de Sarzedinho seja mais fácil a participação, mas às vezes, quando se chega a altura das participações, já não há dinheiro, dizendo começar a estar farto dessas medidas. Informou o Senhor Presidente da Câmara que a obra na Senhora da Fonte do Ribeiro, ainda não foi iniciada, pois o empreiteiro queria, em quinze de agosto, altura de festas, sendo impossível, pelo que ficou de aparecer no final do mês, não tendo ainda aparecido. Contratualizaram o caminho desde a Nacional até à Quinta do Vau, esqueceram-se de colocar o caminho até ao Valedormir, que também está composto. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que mandasse tapar os buracos até ao cruzamento da estrada EN-222.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor José Manuel. Começou por referir-se às marchas de S. João e às verbas. Disse as marchas terem vindo a ter menor qualidade, quando deveriam estar a aumentá-la, dando o exemplo de existirem marchantes de chinelos e outros de botas de biqueira de aço, logo aí se vendo o mau aproveitamento das verbas. Deixou a sugestão de não darem um valor tão elevado na inscrição, e darem no fim, ao primeiro, segundo e terceiro classificados. Congratulou-se com a Feira Franca estar cheia, assim como a corrida de toiros ter tido lotação esgotada. Referiu que a feira franca sem corrida de toiros, não faz sentido, devendo continuar a fazê-la. Achou interessante o torneio de futsal. O Castanheiro teve uma equipa, portaram-se muito bem. Devem apostar no futsal e fazer um sintético. Já no tempo do Eng.º Lima Costa lhe fora prometido, quando era jogador, e ainda não está feito. Por fim, referiu o facto de o Castanheiro não está referido nos encontros de zumba solidário, tendo o Castanheiro sido das primeiras freguesias a fazê-lo.

O Senhor António Froufe interveio, de seguida, respondendo à Senhora Lourdes Marinho, dizendo ser mentira o que disse, pois a Senhora Vereadora esteve presente na exposição e ele também. Ficou surpreso ao verificar que a Zita da Exposição era a mesma Zita com quem andou a estudar. Deixou um desagrado ao Senhor Presidente da Câmara, dado que a ponte Soares caiu e colocaram-lhe um suporte em betão, ficando mal. Fez o pedido para que seja revestida a granito. A Senhora Lourdes Marinho pediu a palavra, pois não percebeu que a atividade municipal e o documento do Auditor Externo fossem discutidos ao mesmo tempo. Quanto à apreciação do Auditor Externo referiu, nas modificações orçamentais, coluna dotação, célula alterações, um erro nos totais, tanto nas despesas correntes, como no das despesas de capital. Conforme é apresentado o total das despesas correntes, perfaz 792.255,00€ e não 583.175,00€, o total das despesas de capital dá 829.175,00€ e não 583.174,00€. Disse que estes erros dão origem à falta de 209.680,00€, no total das despesas correntes, mais 246.000€ no total das despesas de capital, o que perfaz uma falha de 455.680€, pareceu-lhe que esta diferença, era já pensando nos 450.000€ que a Caixa Agrícola teria de entrar para a nova associação. Se lhe disseram que com a alteração o resultado atual retirou verbas nas despesas com pessoal 104.540,00€, e na aquisição de bens de capital 706.175,00€, em relação à dotação inicial, estas duas alterações somam 810.715,00€. Tiraram numas verbas para reforçarem outras. Esses reforços nas

despesas correntes somaram 687.715€ e nas despesas de capital 123.000€ o que perfaz 810.715€ de movimentação.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu só não ficar preocupado porque acredita no Auditor Externo. Pediu à Senhora Lourdes Marinho para lhe fazer chegar todas as observações por escrito para as fazer chegar ao Auditor Externo para poder tirar as dúvidas existentes.

O Senhor Silva Fernandes pediu a palavra para referir que escreveu uma carta ao Auditor Externo, fazendo algumas questões da página e meia de análise do ano inteiro, como o Auditor respondeu para a Assembleia, pensa que a carta lhe irá ser entregue, mas não precisa de resposta, pois já lhe deu quando apresentou um relatório de uma página e meia, analisando um ano inteiro, e apresentou vinte páginas na análise do primeiro semestre. Destacou os aspetos positivos apresentados no relatório. Em relação ao anterior diz a execução orçamental cumprir com o estipulado no artigo 40.º da lei 73/2013, o que não acontecia no último relatório, mas agora cumpre, sendo positivo. Na demonstração de fluxos de caixa ocorreu uma variação positiva de quarenta e quatro mil euros, quanto à forma como o Município geriu o dinheiro, contudo a possibilidade de nem todos os compromissos estarem pagos, o que quer dizer que podem não ser quarenta e quatro mil euros. Reparou ainda no facto de o Município não constar na lista dos Municípios incumpridores nos termos do n.º 5 e 6. É positivo, esteve lá, já não está. Um aspeto neutro é a análise patrimonial, sendo um trabalho académico, sem qualquer informação fornecida pelo Executivo, que não é aliás obrigado a fazê-lo. Continuou a sua intervenção referindo os aspetos preocupantes do relatório. Na execução orçamental, verificações orçamentais, página 2, diz o auditor externo "verificamos uma permuta entre diminuição das despesas com investimento e um aumento da despesa corrente", disse não ser bom, se estamos a reduzir a despesa de investimento, para gastar naquilo que é corrente, estamos a ir no mau sentido, significa isto uma alteração nas opções, que se baseia na mera transferência de 15% de intensões de investimento, optando por consumo corrente, significando que a despesa pode aumentar quarenta mil duzentos e trinta e cinco euros, diz o Auditor. Na página 4, na execução orçamental, diz "em junho estava comprometido 58% do orçamento da despesa" em junho portanto, os gastos 58% do orçamento, em contrapartida, em junho a execução da receita atingiu os 40%, já estávamos com 58% gastos, e 40% apenas de receita. Está mal, ou não está muito bem, com a agravante da execução da receita de capital estar com tendência para se situar abaixo do previsto, e é aqui que começa a ser mais grave, e ainda por cima, estamos com tendência para a receita baixar. Na página 10, diz o Auditor na estrutura da receita "verificamos que a receita própria representa 21% da receita total", ou seja, "o Município só recebe por si próprio 21% da receita total, a receita cobrada localmente representa 18% da receita total, o que querará isso dizer? Querará certamente dizer que as transferências da Administração Central representam 73% da receita total." Concluiu dizendo "o Município de S. João da Pesqueira depende substancialmente do que lhe seja entregue pela Administração Central, dito de outra forma o Município de São João da Pesqueira gasta a sua receita toda. A receita do Município é gasta na despesa com pessoal. O pessoal consome isso tudo". Os indicadores de gestão apresentam a despesa com pessoal excessiva, em crescente, indo à história para não esquecerem: "em 2012 a despesa com pessoal sobre a despesa total era de 16,7%, em 2014 situava-se em 18%, em 2015 em 17%, está agora nos 21%. Concluiu o Auditor, para além de errado, que é impossível manter esta trajetória. Isto vai ter que acabar num dia qualquer". No serviço da dívida, a dívida bancária utiliza neste momento 4 milhões e oitocentos mil euros, sendo dois milhões e oitocentos

mil à Caixa Geral de Depósitos, e um milhões novecentos e cinquenta e dois mil à Caixa de Crédito Agrícola, em 2015 num total de quatro milhões e oitocentos mil euros, e em 2016 reduziu, porque ao banco, tem de se pagar. Então quatro milhões trezentos e dois mil de dívida, representa um esforço mensal do Município de quarenta e um mil e seiscentos euros, é quanto o Município mensalmente tem que entregar, ou seja, representa meio milhão de euros por ano. Quanto a terceiros, pensa haver um problema, obrigando-o a refletir: o total da dívida era, em 2015, de seis milhões setecentos e oito mil euros, neste momento é de sete milhões oitocentos e catorze mil euros, o total da dívida é por conseguinte, em junho de 2016, próximo dos oito milhões de euros, aumento de junho de 2015 a junho de 2016, num ano, mais de um milhão de euros. Em abril de 2014 o Presidente do Executivo afirmava, nesta Assembleia que o prazo médio de pagamentos eram de 30 dias, na ata n.º2 de 2014, segundo informação do Auditor Externo, o prazo médio de pagamento, era já nessa altura, de 46 dias, e não de 30, mas em junho de 2015, era de 120 dias e em junho de 2016, diz o Auditor ser de 216 dias, ou seja, sete meses. O comércio local, fica à espera que lhe paguem este tempo todo. Em dois anos, o prazo médio de pagamento, quadruplicou, com todos os efeitos nefastos para a economia local. Confirmou aquilo que vinha a verificar há algum tempo "a tendência não é no melhor sentido, mas isto é para refletir, e o Executivo tomar as medidas que achar adequadas".

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, começando por responder à Senhora Lourdes Marinho, referindo ser um convite que fizeram dois ou três dias antes, aos 350 jornalistas, através do Presidente da CIM. Conseguiu trazê-los à Pesqueira, e alguns deles gostaram muito. Passados dois dias, três deles, pediram para voltar para o ano, participar na lagarada, visitar uma quinta e participarem na vindima. A Rua Direita há alguns anos fazia parte da Vindouro, tentando-se fazer do local, um local de aproximação à Praça da República por intermédio dos comerciantes. Ao colocarem as barraquinhas, entravam em conflito com os comerciantes locais, achando-se por bem, não fazê-lo. Quanto à funcionária que está no Museu disse que fala cinco línguas, alemão, inglês, francês, russo e húngaro, sendo neste momento uma mais-valia. Em relação à Vindouro, agradece as sugestões das pessoas. O ano passado passou muita gente por cá, também a televisão fez por isso, mas uns anos faz-se de uma maneira, noutros faz-se de outra. Respondeu ao Senhor Vítor Monteiro dizendo compreender a técnica para se fazer a lagarada, mas que o interessante é as pessoas participarem e terem a sensação de pisar as uvas. À Senhora Anabela Pereira disse ser difícil colocar toda a gente de acordo, em relação à Vindouro, uns querem no Museu, outros no Salão de Exposições. Tiveram a ideia de colocar uma charrete para fazer a deslocação de pessoas, mas, esta também não podia chegar a todo lado. Achou que o excesso de calor também fez com que as pessoas ficassem em casa, pois durante a noite estava tudo cheio. Quanto aos cheques, a intenção do Executivo é ajudar, sendo que uns dizem que é demais, outros de menos. Ao Senhor Vítor Tomé referiu gostar muito do Paulo de Carvalho, e não só ele, como muita gente, gosta. Disse ser um excelente cantor, representando muito no 25 de abril, tendo sido uma das pessoas a contribuir para que hoje estejamos aqui a falar. O jornal Coração do Douro é um jornal bianual, está no site da Autarquia em formato digital, mas o concelho também tem população que não tem acesso às novas tecnologias, e foi a pensar neles, a impressão do jornal, assim chegou a todo o concelho. A empresa que faz o transporte da ETAR já foi avisada, mas não têm maneira de proibir o trajeto do transporte. Voltou ao assunto Vindouro, uma vez que estavam a ser distribuídas cópias do inquérito aos produtores, esperando que eles fossem sinceros, pois é

através dos inqueritos que melhoram os aspetos menos bons. Considera-se uma pessoa aberta, e respondendo ao Senhor Joaquim Monteiro, disse que se os outros Presidentes de Câmara concordarem, com certeza que poderão realizar um grande evento. Ao Senhor José Manuel, e quanto às marchas de S. João, disse serem enviados convites para todas as Juntas e Associações, a fim de participarem numa reunião, para decidirem como realizar as marchas de S. João. O critério das vestimentas é dos participantes. O projeto do campo sintético está concluído, se vier o dinheiro da candidatura vão avançar. Ao Senhor António Froufe disse que se não fosse reparada daquela forma, a ponte ia por em causa a estabilidade. Referiu à Senhora Lourdes Marinho já ter sido esclarecido pelo Senhor Presidente da Assembleia, que sendo um documento técnico, o Auditor terá todo o gosto em vir aqui esclarecer as suas dúvidas. Ao Senhor Silva Fernandes disse quanto aos juízos de valor, que tem do Auditor Externo, não se irá pronunciar, o mais importante é fixar as pessoas no concelho, com emprego. Não arranjando forma de emprego, aí é que o concelho irá perder população de certeza. Refere estar no Executivo desde 3 de novembro de 2009, só ter feito um empréstimo, estando a ser pago, e reduzindo cerca de quinhentos mil euros, à dívida de empréstimos bancários. Os empréstimos e dívidas acontecessem desde sempre. A dívida tem aumentado por causa da dívida às Águas de Portugal. Ainda está a ser debatida na justiça, e a qualquer momento pode baixar. Quanto ao Município se encontrar em incumprimento no site da Direção Geral do Orçamento, disse nunca ter estado na lista. Os 995 alunos com necessidades especiais não existem, foi um lapso. Deve ler-se "medidas de apoio à educação, vales e fornecimento de material pedagógico, e com necessidades especiais, para um universo de 995 alunos" estes 995 alunos, engloba todos os alunos.

O Senhor Silva Fernandes pediu para intervir dizendo ao Senhor Presidente da Câmara que o que dissera à Assembleia, fora aquilo que o Auditor Externo tem vindo a dizer, não questionou nada nem ninguém, não está contra nem a favor de ninguém, somente analisou as situações. Abordou a análise do Auditor Externo, e foi sobre isso que se pronunciou.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu, passando a palavra à Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho disse não lhe interessar nada a vinda do Auditor à Assembleia, eles são economistas, ainda a confundiam mais, só chamou a atenção para uma conta mal feita e que se lhe for transmitida, o Auditor fará a correção. Questionou o Senhor Presidente da Câmara como a funcionária fazia a leitura dos painéis do Museu, estando eles escritos em português, se ela não fala nem percebe bem a nossa língua.

O Senhor Joaquim Monteiro alertou para o facto dos Deputados da Assembleia terem de possuir alguma razoabilidade naquilo que dizem. As contas que a Senhora Lourdes Marinho disse estarem erradas, na realidade estariam corretas. Ninguém faz contas a lápis, há programas específicos, não existem erros.

O Senhor Vitor Monteiro pediu para intervir, salientando o facto de existir trabalho nos documentos do Auditor Externo, sendo o segundo ano que recebem os documentos sendo, para ele, ainda muito vago. Gostava de ver um trabalho mais quantitativo em vez de qualitativo.

O Senhor Vítor Tomé disse que para o evento se tornar mais atrativo, ligar os vários pontos do evento, a rua ser literalmente fechada e fazer qualquer coisa para os ligar. Relativamente ao cantor Paulo de Carvalho, não disse ser um mau cantor apenas que se encaixaria melhor noutro tipo de evento. Questionou sobre o preço do concerto. Quanto ao grupo de jornalistas, referiu, estes terem um evento marcado na Quinta da Pacheca, tentando colocá-los na Pôpa, e que não

havendo uvas em lado nenhum, terem vindo para S. João da Pesqueira. Foi assim o porquê da vinda de tantos jornalistas.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se queria intervir.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para responder à Senhora Lourdes Marinho, dizendo-lhe interessar no Museu, uma pessoa que saiba muitas línguas, falando a funcionária cinco. Quanto aos painéis, estando também a informação em inglês, esta é passada aos turistas.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção, ao pretender passar ao ponto seguinte a Senhora Lourdes Marinho interrompeu-o, "por ter pedido a palavra para interpelar novamente o Senhor Presidente da Câmara pois a sua resposta não fora convincente. O Senhor Presidente da Assembleia não lhe concedeu a intervenção, tendo a Senhora Lourdes Marinho respondido que "o Senhor deixou que os seus antecessores falassem, verificando que os deixara falar, porque tem medo aos homens, mas às senhoras não". Entendendo, o Senhor Presidente da Assembleia, não ter condições para continuar a reunião, interrompeu-a durante 5 minutos para um breve intervalo.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação de pedido de isenção do IMT, ao abrigo da alínea j) do artigo 6.º do Código do Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (instalação de jovens agricultores).

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual começou por referir que toda a informação fora dirigida à Câmara, que se houvesse dúvidas explicá-las-ia, quanto às dúvidas técnicas, pediria ao Dr. Paulo Tolda que as explicasse.

Solicitaram pedido para intervenção a Senhora Lourdes Marinho e o Senhor Joaquim Monteiro.

A Senhora Lourdes Marinho questionou se a Câmara estava bem financeiramente para isentar pedidos destes. Referiu que na página dois, no segundo parágrafo a Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, onde diz que a Assembleia Municipal pode, sendo que pode, não quer dizer que seja obrigada a fazê-lo. Continuou a sua intervenção dizendo que a Assembleia Municipal deverá deliberar, mas como dissera na página dois, a Assembleia "pode". O "deverá", também não é nenhuma obrigação, até porque perante estas ambiguidades de termos, o Executivo, até pode não levar o documento para apreciação da Assembleia Municipal. Entende pois que competir-lhes-á, em grande parte, esta decisão, até porque aprovou por unanimidade, a vinda do documento à Assembleia. Ao Executivo compete considerar se há repercussões nas fontes de receitas correntes, já bastante exíguas, como dizem na página dois. Vão abrir mão do fundo, e originar novos precedentes? Estes projetos, já são financiados pelo PRODER, e acha muito bem, mas a isenção do IMT, não será uma ajuda tão substancial como isso, e quando alguém se mete neste género de aumento, e enriquecimento do património, já sabe que não irá perder. Estão no seu direito de proceder a estas solicitações, porque a lei o permite, mas estes casos são os Municípios que têm a última palavra.

Passada a palavra ao Senhor Joaquim Monteiro, este concordou com a possibilidade de ajudar e apoiar as pessoas, dando a lei esse poder ao Executivo e à Assembleia, de poder fazer essa isenção. É de opinião, que mesmo o Município não sendo um Município rico, em termos de receitas, de ajudar as pessoas a ficarem no nosso território.

O Senhor Presidente da Câmara achou que a Senhora Lourdes Marinho se confundiu. Quando se trata de jovens agricultores, já recusou várias vezes. Este pedido é diferente, está a fazer um investimento. Entende ter toda a lógica ser

isento do imposto, e que, independentemente da aprovação ou não do Executivo, o documento tem sempre de vir à Assembleia para ser decidido.

A Senhora Lourdes Marinho interveio, questionando o porquê da lei dizer sempre "pode" em vez de "deve". Disse virem a existir percas de dinheiro, ao aprovarem esse pedido, não se tratando de haver mais pessoas a trabalhar, estando já tudo instalado.

O Senhor Presidente da Câmara pediu ao Dr. Paulo Tolda que explicasse o ponto. O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Dr. Paulo Tolda.

O Doutor Paulo Tolda, depois de cumprimentar os presentes, começou por fazer um breve enquadramento. Disse que com a entrada em vigor do novo regime das Autarquias Locais, passou a existir uma lei que prevê isenções, contudo, embora preveja isenções, terá de vir sempre à Assembleia para esta se pronunciar quanto à isenção total ou parcial, mediante uma estimativa da despesa fiscal. Neste caso concreto, está na lei a possibilidade de isenção de jovens agricultores, podendo a Câmara considerar ou não, mas este é um caso tipificado que diz "os jovens agricultores estão isentos de IMT, desde que provem com toda a documentação, que fizeram a candidatura". No artigo 16º do Regime das Autarquias Locais diz "a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios", o IMT é um imposto próprio estando na lei da Câmara, a Assembleia terá sempre de deliberar podendo conceder a isenção, é o que está a ser discutido. A Assembleia ao receber a documentação da Câmara, já deliberada por unanimidade, pode analisá-la, e deliberar se dá a isenção total ou parcial.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Dr. Paulo Tolda para referir o valor da isenção.

O Dr. Paulo Tolda disse que o valor em causa será de quatro mil e quinhentos euros, conforme a informação, sendo o valor previsto na lei de 5% do valor declarado da venda, dos noventa mil euros. O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu, passando a palavra à Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho concordou, "se está fundamentado, muito bem". Disse não ter nada a ver se é A, B ou C, somente questionou se a Câmara estaria tão bem financeiramente para isentar este pedido.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto. Foi aprovado por maioria com o voto contra do Senhor Vítor Tomé e as abstenções do Senhor Vítor Monteiro e das Senhoras Anabela Lopes, Lurdes Veiga e Lourdes Marinho.

O Senhor Vítor Monteiro pediu para fazer declaração de voto, tendo nela dito, não ser nada contra com quem pediu a isenção, mas acha que o Município, com esta deliberação, se vai meter num buraco sem fundo, vindo atrás desta, outras. Irá haver pessoas a comprar quintas em nome dos filhos, não lhe parecendo ir trazer algum investimento para o concelho.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio e Financiamento ao Associativismo de Caça e Pesca.

O Senhor Presidente da Assembleia, iniciando este ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Regulamento cumpriu os prazos. Fora feito com base nas sugestões dos interessados, neste caso, das associações relacionadas com a caça e pesca.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para este ponto, inscrevendo-se a Senhora Lourdes Marinho, Joaquim Monteiro e Sebastião Mesquita.

A Senhora Lourdes Marinho disse que no capítulo I, artigo 2.º, acrescentaria uma outra alínea, onde diria "apresentarem uma gestão financeira saudável". Embora

o artigo 4.º contemporize essa situação, disse que a maioria das associações, de qualquer género, estão sempre com falta de verbas, essencialmente derivado a más gerências, e a Câmara, depois, é que tem de colmatar essas falhas. Continuou dizendo que no artigo 6.º retirava o ponto 3, a não existência da oferta no concelho, não pode ser motivo para a Câmara poder afetar verbas. Têm de se cingir às espécies existentes no nosso território. Se um apaixonado pela caça se junta com mais uns quantos, pretendem fazer caça ao faisão, à lebre ou ao veado, questiona se a Câmara vai compartilhar esses luxos. Um caçador até se apresenta vestido a rigor e depois pede, para saídas, que implicam custos ao erário público? Disse não poder ser. Quem tem anseios mais altos, terá de os suportar. No ponto 2 do artigo 11.º deve rever-se a pontuação, assim não se percebe para quem é o benefício. No ponto 1 do artigo 14.º, à Câmara interessa apoiar estas iniciativas pelo aspeto turístico e natural, como tal terá o dever de fiscalizar, se "deverá facultar dois elementos porque não deverá disponibilizar os veículos para o seu transporte".

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu, passando a palavra ao Senhor Joaquim Monteiro, tendo este começado por dizer à Senhora Lourdes Marinho que não terá visto bem o Regulamento, porque não era o Regulamento Municipal dos caçadores, não tendo nada a ver, se vão para o Alentejo ou não, se vão caçar veados ou não. Referiu ser o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo de Caça e Pesca, não tendo nada a ver com a intervenção que a Senhora Lourdes Marinho fizera. Deu a sugestão de antes de virem para as reuniões de Assembleia terem de conversar, por que se nota um desconhecimento total do tema e isso é mau para a Assembleia, mostrando uma má imagem.

O Senhor Sebastião Mesquita interveio de seguida, aproveitando para dizer que este é um Regulamento muito importante para que se possa corrigir injustiças em anos transatos. A caça é uma mais-valia para o concelho, trazendo muita gente. É de opinião de ter que se pegar no assunto a sério. Já fez parte de um dos clubes, é caçador, mas neste momento existe divisão entre os clubes. A Câmara devia fazer a gestão global, embora depois cada freguesia tivesse benefícios. A Câmara tem pessoas do quadro capazes de fazer a gestão de tudo isso. As associações estão constantemente umas contra as outras, chegando mesmo a marcar e a fazer montarias no mesmo dia. Chamam a GNR, existindo até, processos crimes. Deixa a sugestão de pensarem nisso, porque há locais onde se vive só da caça e o Alentejo é um exemplo a seguir.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual concordou com o que foi dito pelo Senhor Sebastião Mesquita em relação aos clubes de caça e pesca, mas seria mau, a Câmara sobrepor-se a uma associativa, ou a uma turística. Teve algumas experiências com associações geridas pelas Autarquias, não obtendo o resultado esperado. Há três ou quatro anos atrás, tentou com as associações e com as entidades gestoras de algumas reservas, colocar os dias de caça seguidos, de maneira a pernoitarem no concelho, promovendo as dormidas, e deu, até a sugestão, de arranjar um posto de venda de produtos regionais, de cada freguesia, para que nesse dia pudessem ser comercializados. É um trabalho que ainda não deu resultados. Quanto às "guemilhas", têm tentado ultrapassar a situação, entrando em conversações com os clubes e com as direções para fazer melhor essa gestão.

Notou que a Senhora Lourdes Marinho não percebeu o Regulamento, dizendo haver coisas para alterar, na verdade, essas alterações não fazem sentido. No entanto, já não era altura para dar sugestões. O Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Apoio e Financiamento Associativismo de Caça e Pesca fora enviado aos Membros a treze de julho de 2016, fora colocado no site

da Autarquia nos documentos em discussão pública, precisamente para darem as sugestões e alterações necessárias, esse prazo já passou, o regulamento já está a votação.

A Senhora Lourdes Marinho interrompeu dizendo não ter recibo o regulamento. O Senhor Presidente da Assembleia pediu desculpa, dizendo que foi enviado a todos os Membros.

O Senhor Presidente da Câmara disse que já na aprovação, o regulamento esteve 30 dias em discussão pública, e estavam a discutir um assunto que já devia ter sido discutido. Sempre teve a preocupação de quando há um Regulamento, pedir para ser enviado a todos os Membros, e nessa altura é que devem dar sugestões. A Senhora Lourdes Marinho interveio, seguidamente, pedindo desculpa pelo tempo que fez perder, mas gerou-lhe confusão o nome do regulamento, englobando zona de caça municipal e zona de caça associativa. Deu sugestões para possíveis correções.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto, sendo aprovado por maioria, com as abstenções dos Senhores Vítor Monteiro, Norberto Vieira e da Senhora Anabela Lopes.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos, para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para esclarecer o ponto, sendo a mesma situação dos anos anteriores, fixar a taxa do imposto municipal sobre imóveis urbanos.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou quem desejava intervir na discussão deste ponto, registando-se as inscrições do Senhor Sebastião Mesquita e da Senhora Lourdes Marinho.

Passada a palavra à Senhora Lourdes Marinho, constatou que com esta fixação da taxa iria fazer falta ao Município o valor de 207.073,10€, mas achava bem, porque as famílias têm de ser apoiadas e aponta para as diretrizes governamentais. Questionou se a Câmara recebia a lista das finanças com os agregados familiares. Aconselhou o Município a ter mais rigor, pois os agregados familiares, não declaram todos os rendimentos no IRS, deve também ter-se em atenção, se o número de dependentes corresponde à realidade.

O Senhor Presidente da Câmara respondendo à Senhora Lourdes Marinho disse que a análise não é feita pela Câmara, a Câmara somente dá os valores da redução.

O Senhor Sebastião Mesquita no uso da palavra referiu haver uma injustiça, a fórmula das Finanças com os coeficientes de localização e habitabilidade. O coeficiente instituído pelas Finanças, na sua opinião não está correto. O coeficiente em Ervedosa é de 0,56, onde a sua casa está situada, com caminho de terra, o das outras freguesias é de 0,40, incluindo o Bairro Residencial de Espinho. Questiona onde existem melhores condições de habitabilidade, se no Bairro Residencial ou na sua casa.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o coeficiente é das Finanças, que já comunicaram para o alterar. Não é competência da Câmara fazer essa alteração.

O Senhor Presidente da Assembleia, não tendo mais inscrições para intervenção, colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Redução da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis para o ano de 2016, ao abrigo do artigo 112.º-A do CIMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

O Senhor Presidente da Assembleia, iniciando este ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer algumas considerações sobre o mesmo. O Senhor Presidente da Câmara informou que a proposta, vem no sentido de reduzir a taxa conforme os dependentes. A redução e os valores de que a Câmara abdica foi explicado na informação que acompanham os documentos do ponto. O Senhor Vítor Monteiro interveio, questionando se a redução é a taxa de IMI para 0,45.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu ao Senhor Vítor Monteiro dizendo que não, que são duas propostas diferentes no mesmo documento, uma proposta dizendo respeito à proposta A e a outra à proposta B, sendo o ponto em discussão. Não havendo mais inscrições, passou à votação deste ponto. Foi aprovado por unanimidade.

Ponto 6 - Eleição de Representante da Assembleia Municipal na CPCJ de acordo com a alínea I) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou o ponto, perguntando se existiam propostas, ou se faria cinco minutos de intervalo para poderem apresentá-las.

O Senhor Joaquim Monteiro pediu a palavra para dar conhecimento de um email, enviado ao Senhor Presidente da Assembleia, a apresentar a sua proposta, juntamente com o curriculum da jovem em questão. Deixou à consideração da Assembleia a discussão e aprovação, ou não, da sua proposta.

Passada a palavra ao Senhor Paulo Bito, referiu que na última reunião de Assembleia apresentaram uma proposta e mantêm-na.

O Senhor Presidente da Assembleia dirigiu-se ao Senhor Joaquim Monteiro, com todo o respeito que lhe merecia, dando a explicação de não ter remetido o curriculum da Senhora aos Membros, para não ir infringir, aquilo que é a privacidade, no âmbito da proteção de dados. Mostrou-se disponível para que o Senhor Joaquim Monteiro o fizesse na proposta.

O Senhor Joaquim Monteiro começou por dizer que na sua opinião, o mesmo nome, apresentado pela Mesa, ou pela maioria, não fazia sentido. Dissera, na última reunião, que o jovem tinha muito valor, gostava imenso dele, mas já estava ligado ao setor, à ação social. Referiu, também, na última Assembleia, que deveria ser dada oportunidade a outros jovens não inseridos no mercado de trabalho, para estes ganharem experiência e curriculum. Estranhou ser a mesma proposta, se era para ser assim, mais valia terem feito a votação na última reunião de Assembleia. É amicíssimo do Dr. Filipe, mas está ligado ao CLDS, era melhor dar oportunidade a outros, não serem sempre os mesmos, nem da mesma família política.

A Senhora Lourdes Marinho começou por dizer, ir referir, aquilo que não a deixaram dizer na última Assembleia, apresentar uma proposta. Disse ter estado seis anos na Comissão a custo zero. Não ter nada contra o Dr. Filipe, considerando-o uma pessoa muito humilde, muito simpática, mas que à CPCJ, não lhe interessam mais psicólogos, interessa-lhe diversificação de profissões. Com a saída da Dr.ª Eunice, ainda ficam três psicólogos, sendo elas as Dr.ªs Elsa, Diana Filipa e Sofia Trindade. Acha que o Presidente da Comissão está interessado em colocar pessoas do *entourage* dele. Como Membro da Assembleia, não pode admitir essas situações. O Dr. Filipe já está como psicólogo, a acompanhar alunos da Escola C+S, e a Dr.ª Marlene, também acompanha os miúdos da escola. Questiona qual o trabalho

dos outros, na sua opinião não estão a fazer nada. Continuou a sua intervenção referindo a lei da CPCJ, Os elementos estão em representatividade dos órgãos "está tudo lá de graça, o Único Ministério que dá direito a dezassete horas de redução semanal é o Ministério da Educação, por isso é que o Senhor Padre Amadeu quis ir para lá". Acrescentou que no tempo do Eng.º Lima Costa, o Senhor Padre Amadeu fora convidado, e ao não aceitar, cercaram-na "se o Senhor Padre Amadeu tivesse aceite, não tinha ido para lá eu, nem que tivesse o maior valor do mundo". Não viu fazer melhor trabalho que o seu na Comissão. Festas de rua vê, mas gerir os processos não, e ao que lhe parece, processos da Escola C+S, surgem menos na Comissão. Propõe a Coordenadora do Centro Escolar, porque é na escola primária que começam os problemas, os problemas da Escola C+S são encobertos, havendo drogas e um bocado de prostituição.

O Senhor Presidente da Assembleia tentou interromper a Senhora Lourdes Marinho, dizendo estar a ir por caminhos que não devia ir.

A Senhora Lourdes Marinho continuou, dizendo que querem tapar o sol com a peneira. Quando fala, fala contra os amigos e inimigos, é reta. Apresenta a proposta da Coordenadora do Centro Escolar, reforçou dizendo ser nos mais pequenos que os problemas começam, porque os problemas nos maiores são encobertos.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções. Disse haver então três propostas. Proposta apresentada pela bancada do PSD, Dr. Filipe Donas Botto, proposta apresentada pelo Senhor Joaquim Monteiro, Dr.ª Cátia de Noronha e proposta apresentada pela Senhora Lourdes Marinho, Professora Luísa Correia, atual Coordenadora do Centro Escolar. Foram distribuídos os boletins de voto para que os presentes pudessem votar.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a proposta A pertencia à Dr.ª Cátia de Noronha, a proposta B ao Dr. Filipe Donas Botto e a proposta C à Professora Luísa Correia.

O Senhor Teófilo Anjos, segundo secretário, procedeu à chamada dos presentes para puderem depositar o seu voto na urna.

Terminadas as votações o Senhor Presidente da Assembleia comunicou os resultados obtidos:

proposta A, quatro votos; proposta B, dez votos; proposta C, três votos e cinco votos em branco. Face À votação o Dr. Filipe Donas Botto foi designado o representante na CPCJ.

Não havendo mais inscrições colocou à aprovação, em minuta, dos pontos 2, 3, 4, 5 e 6, que foram aprovados por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezoito horas e quinze minutos agradecendo a presença de todos e desejando um bom resto de dia. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por unanimidade irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.